nós tratamos. Nós sabemos quem está tentando realmente ajudar os policiais militares, civis, Polícia Penal, a nossa força de segurança. Tem deputados que sobem e fazem fumaça, fazem firula, tentam colocar narrativas. Tentam surfar uma onda que não é a deles.

Há deputados aqui que odeiam a Polícia Militar, que detestam a Polícia Civil, que, se pudessem, humilhariam esses profissionais de Segurança Pública diuturnamente. Eu vi alguns deputados subirem como paladinos da Segurança Pública, que fazem parte desse projeto de sucateamento da força de Segurança nesses últimos 30 anos.

Nós precisamos reconhecer o esforço do governador em colocar 5 bilhões de reais na Segurança Pública. Nós precisamos reconhecer que João Doria, Alckmin, os outros governos que passaram não fizeram, Mecca, esse esforço.

Eu falo com tranquilidade absoluta, porque eu subi a esta tribuna em 2019 para pedir para a bancada do então PSL votar contra o aumento de 5% que João Doria tinha enviado para esta Casa.

E hoje nós temos, Xerife, um recurso aportado na Segurança Pública - parafraseando o "descondenado" - nunca antes visto na história deste país. Mas é impressionante...

E tentamos aqui, sou testemunha, com V. Exas. - deputado Carlos Cezar, o Xerife, líder do Governo -, de que nós sentamos com o governador, nós sentamos com o secretário, nós colocamos ali as nossas posições.

E o governador se sensibilizou e se comprometeu conosco para, num segundo momento, Mecca, dentro desse projeto de recomposição, dentro desse projeto de governo de quatro anos...

Eu espero que seja muito mais, deputado Conte Lopes. Deputado Valdomiro colocou aqui: V. Exa. muitas vezes falou sozinho desta tribuna, e hoje tem vários amigos, vários parlamentares aqui que ecoam aquilo que V. Exa. sempre pediu.

Então, estamos fazendo a história da Segurança Pública no estado de São Paulo. Tem que melhorar? Tem que melhorar. Nós vamos buscar, Xerife? Vamos buscar, à luz do dia, em cima da mesa, falando de igual para igual aqui. Não fazendo manobra, fazendo firulinha aqui para enganar esses profissionais que merecem essa valorização, deputado Lucas Bove.

Mas é impressionante como, do dia para a noite, aqueles que odeiam, aqueles que detestam os nossos policiais se tornaram heróis, por puro discurso político, deputado Valdomiro. Por puro discurso político. Não reconhecem - e faz parte, também, da oposição - o esforço desse governo que se inicia. Danilo Balas colocou desta tribuna: João Doria deu 20% no último ano do seu governo. Era um ano eleitoral; ele tinha pretensão de ser presidente da República, ao menos candidato à presidência.

Agora, precisamos reconhecer quem está pagando agora esse governo, deputado Carlos Cezar, líder do PL. São 20% do ano passado, uma média de 20% agora, superior. Nós queremos aqui, e nós tentamos - presidente, para finalizar - elevar as alíquotas, sim, do terceiro-sargento, do segundo-tenente, que têm, Mecca, o nosso reconhecimento. Precisam, sim, ser valorizados.

Por isso, o nosso empenho aqui em tirar, neste momento, aquela alíquota previdenciária. E foi tirada graças ao trabalho desses parlamentares, que também não são reconhecidos.

Mas eu tenho certeza, presidente, tenho convicção de que dentro desse projeto de governo, outras alíquotas, outros aumentos virão. Aqueles que não foram prestigiados neste momento serão. Agora, é difícil engolir PSOL, PT fazendo discurso fácil, o discurso eleitoreiro, obstruindo algo que já deveria ter sido votado e aprovado, deputado Leo.

E eles obstruem, eles fazem de tudo para não ser aprovado, para desgastar o governo. E são aplaudidos. Faz parte do mundo político, do jogo da política. Mas estamos aqui fazendo uma política séria, entregando resultado. E dessa vez nós vamos entregar esse resultado.

O Major Mecca foi o deputado mais citado aqui nesse projeto. A emenda que o Major Mecca encampou, com o apoio da bancada de Segurança Pública, foi a mais falada aqui, Mecca.

Então, fica aqui a homenagem, porque eu sou testemunha do seu trabalho público aqui, à luz do dia, mas nos bastidores, para prestigiar esses homens e mulheres que merecem o nosso reconhecimento, principalmente o terceiro-sargento e o segundo- tenente, com o compromisso de que, sim, serão valorizados e reconhecidos por este Governo, e não por outros que passaram por aqui e nada fizeram além de humilhar os nossos policiais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Dando sequência à lista de oradores inscritos, com a palavra o nobre deputado Reis.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa noite a todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Quero cumprimentar o presidente André do Prado, todos aqueles e aquelas que estão em suas casas nos acompanhando pela Rede Alesp, cumprimentar os integrantes da Polícia Civil, da Polícia Penal, da Polícia Militar, da Polícia Técnico-científica e dizer que, provavelmente, eu serei o último orador. Tem mais alguém inscrito, Sr. Presidente? Eu sou o último orador?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Tem ainda o deputado Tomé Abduch.

O SR. REIS - PT - Então eu sou o penúltimo orador. Pude acompanhar aqui a base aliada do governador Tarcísio de Freitas e dizer que eu pude, assim... Até fiz uma pesquisa aqui para ver quem realmente mais defendeu o governador, e o Major Mecca, o Capitão Telhada e o Conte Lopes estão empatados tecnicamente, estão empatados tecnicamente na defesa ferrenha do governador Tarcísio de Freitas. Muitos falaram aqui, mas esses encarnaram, incorporaram o governador, então isso tem que ser dito.

Eu quero dizer para vocês que o governador hoje admitiu - tem aqui uma matéria na "Folha de S. Paulo" - falha na apresentação do projeto do reajuste dos policiais. Só que ele admite a falha, mas ele não deixa que esta Casa possa fazer as correções que são necessárias para esse projeto. Ele realmente disse que houve falhas, mas ele continua um governo arrogante.

Não há humildade no governo Tarcísio. Tanto não há humildade que quando, na Comissão de Segurança, eu fui lá e falei dos 10,5% que ele queria impor a todos os policiais militares, ele poderia ter permitido que a base aliada dele apresentasse a emenda e ganhasse o crédito, mas ele foi mesquinho. É um governador mesquinho, o seu governo é mesquinho, e ele não quis dividir isso com a sua base.

Ele poderia falar: "Realmente, Mecca, Diniz, apresentem uma emenda suprimindo, tirando", dar o crédito para sua base. Nem sequer isso ele aceitou. É arrogância, é um governo arrogante.

Nós, humildemente aqui, todos os Srs. Deputados, estamos aqui debatendo, discutindo, alguns fazendo um exercício para defender o governo, mas a verdade ficou a público: os aumentos diferenciados, a insatisfação dos policiais, a insatisfação na Polícia Civil, porque ele deu um tratamento, sim, diferenciado para a Polícia Militar e para a Polícia Civil.

Ele promoveu uma divisão. Isso está no projeto e está na participação dos policiais, inclusive na audiência que nós fizemos aqui com a participação de várias entidades.

Várias entidades pediram, Sr. Presidente, para que fosse alterado o projeto, para que houvesse um aumento linear, mas nem sequer uma audiência o governo aceitou, nem sequer uma audiência para ouvir aqueles que representam os policiais, para ouvir os sindicatos, as associações de classe, nem sequer isso foi deixado acontecer, deputado Marcolino, e, em um processo de reajuste salarial, é muito bom ouvir as partes, é muito bom ouvir a base.

Não dá para fazer as coisas de cima para baixo, como foi feito, e, por conta de ter sido feito de cima para baixo é que gerou as insatisfações. Porque se fosse uma coisa negociada com a base, talvez alguns ainda teriam sido prejudicados, mas, como foi negociado com a base, talvez o governo teria faturado mais.

O governo precisa aprender a fazer política. Esse governo não sabe fazer política. Ele poderia ter feito política, ele poderia ter dado crédito para sua base, ele poderia ter permitido que a sua base pudesse fazer esse processo junto com as classes, mas ele não permitiu.

Ele falou: "é desse jeito e acabou, não tem emenda, não aceito emenda". E, mesmo ele admitindo que falhou, mas ele continua arrogante. É um governo arrogante e prepotente. E prepotente, e nós pedimos, a oposição pediu agenda com o governo. Pedimos para o líder do Governo, pedimos para o secretário de governo. Nós pedimos em nome daqueles que nos procuraram.

Nós não queremos falar com o governo por falar. Nós pedimos audiência com o governo porque nós somos chamados a isso. Porque, quando vem aqui o sindicato dos escrivães, o sindicato dos investigadores, sindicato dos delegados e das delegadas, a associação dos profissionais, dos agentes de telecomunicações, o sindicato dos oficiais administrativos, quando eles nos procuram, eles estão procurando porque eles querem um diálogo, eles querem uma porta para conversar, e o governo bateu a porta na cara deles.

Foi isso que o governo fez. Por mais discurso que se fez aqui, por mais defesa dos situacionistas em prol do governo, mas, é fato, a porta foi batida na cara dos trabalhadores da Segurança Pública. O governo não quis ouvi-los. Veio uma ordem lá da Secretaria de Segurança, e ainda funcionário da secretaria chamando a base de traidora.

Porque assessor não tem que ficar abrindo a boca. Quem fala pela Secretaria é o secretário, não é assessor, destratando, inclusive, os integrantes desta Casa, destratando as senhoras deputadas e os senhores deputados. Isso não é possível, que a gente possa simplesmente baixar a cabeça e falar que isso está correto. Não está.

Então, eu tenho que vir aqui falar. Eu tenho que fazer uso desta tribuna, e falar. Eu quero dizer que nós fizemos as reuniões com as entidades, fizemos um documento, pedimos para entregar para o governador, pedimos audiência com o governador, fomos lá e protocolamos, quando vimos que não haveria tempo hábil até o término da discussão desse projeto, para que ele seja aprovado, e muitos policiais, que às vezes estão apreensivos, e aqui tem deputados que às vezes querem falar: "não, mas tem que votar rápido, para dar tranquilidade para as categorias".

É fato que as categorias só vão receber esse pagamento a partir de agosto. Não é agora. Então, a gente pode, sim, votar hoje, pode votar amanhã, pode votar depois, mas o que é muito importante é essa discussão, é esse debate, é ouvir as pessoas que falaram aqui. Isso foi muito importante. E ouvir as classes, ouvir os sindicatos. Foi muito importante. E as demandas.

Porque não é só a questão do aumento salarial. O aumento salarial é um ponto, mas nós temos "n" problemas nas delegacias. Nós temos muitos problemas nas carreiras.

Os investigadores, os escrivães de Polícia, que, pela Lei nº 1.067, se exige o curso superior, mas, com a reforma que o secretário Derrite fez, ele levou o subtenente, o segundo-tenente, o primeiro-tenente para cima, e os investigadores e os escrivães ficaram "abaixo de".

Essa é a realidade com o que foi feito agora. Quer dizer, essa rivalidade começou com o secretário empurrando as categorias que, por lei, têm a obrigatoriedade de ter o curso superior para salário de nível médio. Esse é o tratamento que o governo está dando aos nossos investigadores de polícia, aos nossos escrivães de polícia.

E nós temos as outras carreiras, papiloscopista, auxiliar administrativo, agente de telecomunicação, fotógrafos, nós temos várias carreiras com problema, então é necessário que esta Casa possa, principalmente os defensores, a bancada que diz defender a polícia, que promova junto ao governo, que convença o governo a estabelecer uma mesa permanente de negociações para negociar os pontos que não foram, nesse processo, resolvidos.

Então a pauta fala "equiparação dos salários de escrivães e investigadores aos dos peritos criminais com relação à escala de vencimento da tabela SQC 3 para o nível três".

Ou seja, tem que enquadrar os investigadores e os escrivães na tabela dos peritos, porque quando se coloca o edital na praça, aquelas exigências para os peritos também são as exigências para os investigadores e escrivães, que é a formação em qualquer área superior.

Vossa Excelência quer um aparte? Então permaneça como está.

Gratificação de qualificação escalonada para as carreiras de nível superior. Nós temos adicionais que as autoridades têm, que os delegados têm e os demais não têm. E tem o acúmulo de trabalho.

Quando eu tenho uma gratificação por acúmulo de titularidade, a equipe daquela autoridade também está acumulando serviço, mas continua abandonada. E os oficiais administrativos? Temos que falar deles, uma categoria que nos procurou o tempo todo porque esses nem sequer o projeto os contemplou.

Então nós temos que formar, sim, essa comissão permanente e esses pontos, falo aqui com o deputado, líder do Governo, Xerife do Consumidor, esses pontos nós temos que negociar um a um, essa pauta que foi entregue aqui, essa pauta que nós protocolamos lá na Casa Civil, dia 16 de maio, às 12 horas e 38 minutos. Nós precisamos continuar debatendo essa pauta. Precisamos de respostas para essa pauta.

E, claro, precisamos do apoio dos defensores do governador Tarcísio, porque a oposição não vai conseguir resolver isso. Nós precisamos do apoio do líder do Governo, precisamos do apoio do presidente desta Casa, precisamos do apoio dos secretários que nos atendem. E que nos deem respostas, porque não adianta atender a gente, dar tapinha nas costas e dar risada.

Nós queremos respostas. A categoria policial quer respostas, os integrantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Penal, da Polícia Técnico-Científica querem resposta, independentemente do salário que está vindo, que, pelo que vejo, não tem como mudar mais. Mesmo que tenha a proposta de votar a emenda do deputado Major Mecca, eu ainda acho que não terá votos o suficiente. Eu já pesquisei aqui.

Mas nós queremos continuar esse diálogo, esse assunto da polícia não pode parar no término da votação desse projeto. Temos que continuar o diálogo e buscar respostas junto ao governo para todas essas questões e para essa pauta que foi assinada pelo Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo, a Dra. Jacqueline Valadares, presidente; o Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo, o Sr. João Batista Rebouças da Silva Neto, presidente; o Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo, o Sr. Fábio Cesar Ferreira, presidente; o Sindicato dos Policiais Penais do Estado de São Paulo, o Sr. Valdir Branquinho, presidente; o Sindicato dos Policiais Civis de Santos e Região do Estado de São Paulo, o Sr. Renato Martins, presidente; o Sindicato dos Escrivães de Polícia do Estado de São Paulo, o Sr. João Xavier Fernandes, presidente; o Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo, Sr. Eduardo Becker Tagliarini, presidente; o Sindicato dos Servidores da Carreira Administrativa do Estado de São Paulo, Sr. Hamilton Procópio Neto, presidente; o Sindicato dos Trabalhadores em Telemática Policial do Estado de São Paulo, Sra. Lúcia Helena Santos, presidente; Associação dos Médicos Legistas do Estado de São Paulo, Sr. João Roberto Oba, presidente; Associação dos Funcionários da Polícia Civil do Estado de São Paulo, Sra. Lucy Lima, presidente; Associação de Defesa dos Integrantes da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Sr. Alberto Sabino, presidente; Associação dos Escrivães de Polícia do Estado de São Paulo, Sr. Renato del Moura, presidente; Associação dos Papiloscopistas Policiais do Estado de São Paulo, Sra. Tatiana dos Santos, presidente; e a International Police Associação, Sr. Jarim Lopes Roseira, presidente.

Todos eles são signatários deste documento, que faz as reivindicações ao Sr. Governador. A gente quer continuar pedindo apoio para todos, para a solução dessas demandas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Dando sequência à lista de oradores inscritos, com a palavra o nobre deputado Tomé Abduch. (Ausente.) Não havendo mais oradores inscritos para discutir o presente projeto, está encerrada a discussão.

Em votação. Há sobre a mesa dois requerimentos de método de votação: um do deputado Paulo Fiorilo, líder da federação PT, PCdoB e PV, e outro método de votação que foi protocolado pelo líder do Governo, deputado Jorge Wilson, nosso Xerife do Consumidor, líder do Governo.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Pela ordem, Sr. Presidente. Havendo acordo de líderes, requeiro o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Está...

O SR. LEONARDO SIQUEIRA - NOVO - PARA COMUNICAÇÃO - Pela ordem, presidente. Só uma comunicação muito breve.

Nesses acordos de liderança, em nenhum momento o partido Novo foi consultado. Então, acho que a gente não pode dizer que houve acordo de lideranças, porque em nenhum momento falaram com o partido Novo.

E aqui, deputado Paulo Fiorilo, acho que estou tomando uma atitude que você também tomaria. Se você é líder do partido e falam que houve acordo de lideranças e não te consultaram, como é que você iria aceitar?

Então, obviamente, não quero atrapalhar a decisão, só quero dizer que existe um líder aqui e que ele... Eu já avisei, eu já falei com o líder do Governo, já mandei uma mensagem, já falei que gostaria de ser consultado e em nenhum momento isso foi feito.

Então, de novo, eu sei como funciona a Casa e não quero atrapalhar a votação, mas estou dizendo que, a partir de agora, vou utilizar os instrumentos que eu tenho, se não for consultado como líder.

É só esse recado muito claro. Eu sei como funciona a Casa, que a gente tem que avisar antes. Eu avisei, o recado foi dado, chegou e eu não fui consultado em nenhum momento. Só isso.

Com todo respeito, deputado Carlos Cezar, não quero atrapalhar, sei que houve um acordo, mas é só para dizer que, como líder, eu tenho que me posicionar e sei que é o que qualquer líder desta Casa faria.

Então, por que tenho que fazer diferente?

Só isso.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Consulto o deputado Leo Siqueira se existe agora o acordo para o levantamento da sessão.

O SR. LEONARDO SIQUEIRA - NOVO - Pode levantar a sessão, havendo acordo de lideranças.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Só uma questão, uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Havendo acordo de lideranças, então, está levantada a presente sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 21 horas e 13 minutos.

* * *

18 DE MAIO DE 2023
42ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI e REIS

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - SOLANGE FREITAS
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - REIS
Assume a Presidência.
5 - FABIANA BARROSO
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - MAURO BRAGATO
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - EDUARDO SUPLICY
Para comunicação, faz pronunciamento.
10 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Por inscrição, faz pronunciamento.
11 - CONTE LOPES
Por inscrição, faz pronunciamento.
12 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
13 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
14 - EDIANE MARIA
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
15 - PAULO FIORILO
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
16 - PRESIDENTE REIS
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 19/05, à hora regimental, sem Ordem do dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Dando início à lista de oradores no Pequeno Expediente, com a palavra a deputada Márcia Lia. (Pausa.) Com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Com a palavra o deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Com a palavra o deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Com a palavra o deputado Jorge do Carmo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Reis, que fará o uso regimental da tribuna.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimentar o presidente, deputado Carlos Giannazi, cumprimentar os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas, público presente, os integrantes da Polícia Militar, os integrantes da Polícia Civil, todos aqueles que nos acompanham pela Rede Alesp.

E depois do intenso debate que se deu na data de ontem sobre a questão da recomposição salarial, eu quero deixar para os nossos companheiros, nossos colegas policiais que eles fiquem tranquilos que nós vamos aprovar, sim, o projeto aqui. E como o pagamento é só para agosto, nós temos tempo para debater e para demonstrar as insatisfações que o projeto trouxe em seu escopo.

Mas eu quero falar um pouco, Sr. Presidente, também do trabalho que o presidente Lula vem fazendo, que o governo federal vem fazendo. E a questão da Petrobras, que começou a mudar e volta para os fins para os quais ela foi criada em 3 de outubro de 1953, durante o governo Getúlio Vargas, como uma empresa estatal de petróleo, não só para a produção de combustíveis, mas uma empresa estratégica para o desenvolvimento do País.

Ela contribui para o desenvolvimento tecnológico, petroquímico e é capaz de atrair investimentos estrangeiros e influenciar e gerar empregos em vários outros setores da Economia. Uma vitória para o povo brasileiro é a mudança da política de preços com o fim da paridade internacional.

Com o fim dessa paridade os preços dos combustíveis e do gás de cozinha deixam de acompanhar a alta dos preços internacionais e serão fixados dentro da realidade do povo brasileiro. Com essa medida, houve uma redução de 21,3% no preço do gás de cozinha.

Vossas Excelências sabem e aqueles que estão me ouvindo em suas casas como foi difícil o gás de cozinha subindo de preço todas as semanas e o povo, que tem o seu salário praticamente congelado, cada vez mais empobrecendo por conta dessa expropriação que se deu no governo anterior. A redução de 12,6% na gasolina e de 12,8% no óleo diesel.

Lembrem vocês quantos caminhoneiros faziam manifestações para que se reduzisse o valor do óleo diesel. Outras ações do governo anunciadas no dia 1º de maio pelo presidente Lula como homenagem aos trabalhadores que constroem o País já estão em benefício do povo: o salário mínimo de R$ 1.320,00 e a política de valorização que permitirá que o seu valor suba acima da inflação.

Então, no governo anterior, o salário mínimo ficou praticamente congelado e sem ganhos, correção abaixo da inflação. O salário mínimo nacional, conforme o levantamento do Dieese, atinge diretamente 22,7 milhões de pessoas e, indiretamente, outras 31,3 milhões.

Ao todo o reajuste do salário mínimo impacta 54 milhões de pessoas, que representam 25,4% da população no País, de acordo com o censo de 2021. Esta é uma das medidas do governo Lula.

Mas podemos lembrar também da volta do Bolsa Família, com novos valores, de 600 reais, mais o adicional de 150 reais por criança de até seis anos; adicional de 50 reais para crianças com mais de sete anos e jovens com menos de 18 anos; e o adicional de 50 reais para gestantes; e a liberação e reajuste das bolsas para as estudantes e pesquisadores entre 25 e 200 por cento.

Então, isso é o trabalho do nosso governo, do Governo Federal. A harmonia que se trouxe com a eleição do Lula, o fim daquele clima, Sr. Presidente, que tinha no País, de guerra, de beligerância, de notícias falsas o tempo todo.

Então um governo que dialoga com o mundo, um governo que busca proteger as nossas famílias, as nossas crianças, proteger os povos indígenas, defender as minorias. Então mudou muito, sim, o clima em nosso País, e mudou para melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Obrigado, deputado Reis. Tem a palavra a deputada Ediane Maria. (Pausa.) Tem a palavra o deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Tem a palavra a deputada Thainara Faria. (Pausa.)

Tem a palavra o deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o deputado Simão Pedro. (Pausa.) Tem a palavra a deputada Solange Freitas, que fará uso regimental da tribuna.

A SRA. SOLANGE FREITAS - UNIÃO - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde a todos. Qual é a primeira palavra que vem à cabeça de vocês quando a gente fala em câncer? Para a maioria das pessoas é morte, é dor, sofrimento, tristeza.

Para mim, que já passei por isso, enfrentei um câncer de mama e graças à Deus cheguei à cura, vem outra palavra: é "luta", "desafio" também, e "vida". Mas eu passei por esse processo todo, consegui chegar à cura.

Mas imaginem vocês para aquelas pessoas que além de receber essa notícia ainda não conseguem lutar por um tratamento digno, ou demora para o tratamento, demora para fazer a cirurgia, a quimioterapia, a radioterapia. É muito sofrimento para uma pessoa que já enfrenta a doença.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

* * *

Uma pesquisa que foi feita, inédita, faz um alerta para o poder púbico. É uma pesquisa, um estudo inédito, divulgado pela Oncoguia, em parceria com o Data Favela e o Instituto Locomotiva, que revela, em uma realidade de 18 milhões de pessoas que vivem em favelas no Brasil, a falta de acesso à informação quando se fala em câncer, e olha que elas representam 82% dos pacientes atendidos pelo SUS, sendo a maioria negros e das classes "D" e "E". São as que mais sofrem com a falta de estrutura, de serviços e de profissionais especializados em tratar essa doença.

E aí há dois problemas dentro das comunidades que essa pesquisa revela quando se fala em câncer: é a desinformação e os gargalos, para o início e para a continuidade do tratamento.

Olha só os números: 84% das pessoas entrevistadas disseram que há casos de câncer no seu círculo social. Oitenta e quatro por cento das pessoas que vivem em favelas dizem que têm casos de pessoas no seu círculo social com câncer, muitas na família, 60% na família, e 44% entre amigos ou conhecidos. Só que 62% dessas pessoas que moram nas comunidades disseram que são desinformadas sobre o assunto.

O que acontece é que o diagnóstico nas favelas é muito tardio para o tratamento, e ainda que o SUS faça todo o esforço para dar acesso a esse tratamento, as pessoas não conseguem, muitas vezes, acompanhar todas as etapas, porque elas vivem no trabalho informal. Porque elas vivem no trabalho informal nas favelas, porque as pessoas não querem dar emprego simplesmente porque elas moram nas comunidades.

Então, elas vivem, a maioria, do trabalho informal, e, às vezes, você ir para uma consulta, você ir buscar o diagnóstico, você ir no tratamento é um dia de trabalho perdido, e para essas pessoas representa muito.

Não adianta a gente saber disso, essa pesquisa inédita mostrar esse raio-x dentro das comunidades, e a gente não fazer nada. Eu estou fazendo um pouquinho, um comecinho.

Apresentei já, na semana passada, um projeto de lei criando a semana de conscientização e prevenção ao câncer, a ser realizada na segunda semana do mês de abril, só que dentro das comunidades.

A semana tem por objetivo levar as informações, relacionadas ao câncer, dentro das comunidades, perto das pessoas que estão precisando de informação. Isso pode acontecer de várias maneiras.

O Poder Público pode fazer atividades educativas, pode levar os mutirões de exames e de clínicas de médicos dentro da comunidade, nessa semana todinha só nas favelas alertando as pessoas, buscando essas pessoas que estão precisando de ajuda, levando informação para essas comunidades. Mas não, não é apenas uma semana, ou mais uma semana, de alguma coisa que se está criando aqui na Alesp, não é. É muito mais do que isso.

É forçar o Poder Público a fazer, o Poder Público a executar, a fazer o Poder Público fazer o que não tem sido feito. Dedicar uma semana inteirinha dentro das comunidades àquelas pessoas que mais precisam de informação, é levar para elas a forma como elas podem se cuidar, a forma como elas podem se tratar.

Porque, se não tiver essa semana, é menos uma ferramenta para ajudar dentro das comunidades. É menos uma chance que nós teremos de salvar vidas, porque a informação pode salvar